

Cerca de 60% da área urbana da cidade de Cruzeiro do Sul foi atingida pela enchente, segundo informou a prefeitura do município



TRAGÉDIA NO RS

Vale do Taquari enfrenta novo desafio

CAREN MELLO, ESPECIAL PARA O JC
caren.mello@jcrs.com.br

O Vale do Taquari, região que ainda estava tentando equalizar as perdas da enchente que atingiu a área em setembro, voltou a ser uma das mais impactadas com as cheias, a partir das chuvas e novas inundações no Estado, nas últimas semanas. A realidade, em particular, de contadores e escritórios de Contabilidade, é ainda mais difícil.

Tendo que arcar com as perdas pessoais, contadores perderam instalações profissionais, o que afeta a prestação de serviços para empresas clientes que buscam se reerguer.

A realidade tem sido desafiadora. São aproximadamente mil profissionais registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), que pertencem à Região do Vale do Taquari.

Os governos estadual e fe-

deral anunciaram medidas de postergação do pagamento de impostos, o que é um importante alento para as empresas atingidas. As obrigações acessórias, no entanto, ainda preocupam a categoria. A reivindicação de postergação ainda não teve respaldo até o momento.

De acordo com o Sindicato dos Contadores e Técnicos de Contabilidade do Vale do Taquari (Sincovat), os escritórios da região não têm a mínima estrutura de trabalho. Muitos deles não haviam sequer se recuperado das enchentes de setembro.

Uma importante ajuda veio de Chapecó (SC), onde o sindicato local adotou os escritórios da região gaúcha. A parceria está viabilizando a prestação de serviços para clientes afetados e não afetados pela crise.

A situação atinge principalmente profissionais das cidades de Roca Sales, Muçum, Arroio do Meio, Encantado, La-

jeado, Estrela e Cruzeiro do Sul. Além dos prejuízos e honorários comprometidos, precisam atuar na defesa da carteira de clientes. Caso sejam considerados os números de setembro, é possível dimensionar as perdas ainda maiores desta vez.

À época, o ciclone extratropical e as fortes chuvas que assolaram o Vale do Taquari provocaram 50 mortes e mais de 5 mil desabrigados. O valor perdido entre as companhias privadas superou os R\$ 420 milhões, sendo os prejuízos mais expressivos no setor da indústria. A cifra foi calculada por uma pesquisa entre 1.301 empresas, distribuídas em 11 municípios do Vale do Taquari.

O estudo apontou que 93% das empresas que responderam o questionário foram afetadas diretamente pelas enchentes. Os setores mais atingidos foram o do comércio (43%) e o de serviços (43%), seguidos pelo da indústria (14%). Destas em-

presas, 35% eram microempresários individuais (MEI) e 59% microempresas ou empresas de pequeno porte (ME e EPP) e 6% demais portes. Entre os escritórios, 23% tiveram perda total de seus maquinários e estoques.

Em visita à região naquele período, o presidente do CRCRS, Márcio Schuch, avaliou a gravidade da situação. "Mesmo os profissionais que não tiveram prejuízos materiais diretos, estão em cidades em que a economia foi devastada, o que impede o exercício da atividade contábil", lamentou o dirigente.

Hoje, são esses os profissionais que conseguiram ou estavam em processo de recuperação de seus espaços. E são eles os responsáveis por se manterem informados sobre medidas do governo e linhas de créditos que vão socorrer o empresariado local.

Um dos principais problemas relatados por parte dos contadores é a falta de digitali-

zação dos escritórios contábeis.

O presidente do Sincovat, Luciano Muller, relatou que, depois de setembro, muitos escritórios procuraram se adaptar, adotando sistemas em nuvem e tecnologia disponível para que, em um momento extremo, não tivessem a atuação prejudicada. "Muitos não tiveram tempo para essa adaptação, nem de encontrar espaços físicos disponíveis na região", comenta Muller, ao lembrar que boa parte seguia trabalhando em home office.

Antes de atender o profissional, o Sincovat buscou dar apoio pessoal a todos os atingidos. A entidade promoveu uma campanha de arrecadação. Foram recolhidos e distribuídos cerca de R\$ 700 mil, além de doações recebidas de empresas e outros estados.

O sindicato também disponibilizou um Pix para arrecadação de valores e montou centros de distribuição.

TRAGÉDIA NO RS Objetivo da iniciativa é atuar na formulação de estratégias e na cessão de expertise para ajudar a reerguer empresas no Rio Grande do Sul

Instituto Empresa convida conselheiros a darem apoio aos gaúchos

O Instituto Empresa, uma associação privada de investidores, acaba de lançar um projeto para ajudar na reconstrução do Rio Grande do Sul, Estado que foi devastado nas últimas semanas por enchentes. Intitulado de Conselhos Digitais, o projeto é uma iniciativa do Instituto Empresa de 2022 que conecta empresas a profissionais qualificados do mercado.

Conselheiros consultivos, conselheiros de administração, conselheiros fiscais e conselheiros de startups atuam por meio digital, em plataforma virtual, em empresas melhorando sua gestão, qualificando suas operações, incentivando inovação e a implantação de melhores práticas de governança.

No Rio Grande do Sul, o projeto trará o apoio de conselheiros para reerguer as empresas gaúchas de pequeno e médio porte. A ideia é que os conselheiros – voluntariamente – atuem no apoio, na formulação de estratégias e na cessão

de sua expertise para contribuir na recuperação das empresas gaúchas.

Assim, conselheiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outros estados podem ativamente – e virtualmente – atuar na reconstrução das empresas gaúchas. A iniciativa terá prazo de seis meses, prorrogável por mais seis. A partir destes prazos, novos ajustes poderão ser acordados, sempre com a participação do Instituto Empresa. O número de reuniões no prazo regular será de uma ou duas vezes por mês, sempre no formato digital.

O projeto conta com o apoio de profissionais das mais diversas áreas, que podem se voluntariar, precisando comprovar formação e experiências adequadas. Serão aproveitados, preferencialmente, conselheiros que já atuam em empresas e que tenham certificações próprias. Eles comporão conselhos de até três membros com formações complementares – Contabilidade, Gestão e Direi-



Contabilidade, Gestão e Direito estão entre as atividades que poderão integrar conselhos de administração ou fiscais

to, por exemplo. Examinarão o diagnóstico inicial fornecido pela empresa e auxiliarão o empresário na tomada de decisões favoráveis à superação de suas dificuldades. As reuniões, quando necessárias, acontecerão virtualmente uma vez por mês.

A principal contribuição dos Conselheiros Digitais é garantir a preservação de empregos, com a geração de receita e a

manutenção da população em suas cidades de origem. Neste sentido, os Conselheiros deverão auxiliar os empresários a obter formas de financiamento – inclusive no Mercado de Capitais – e a reposicionarem suas iniciativas diante do novo cenário tecnológico.

Para se candidatar para atuar como Conselheiro, é preciso acessar o seguinte link: <https://conselheiros-rs.paperform.co>

form.co

Em relação às companhias, apenas sócios da empresa podem submeter a candidatura da empresa ao Conselho Digital. É preciso preencher o Formulário de Diagnóstico e de Elegibilidade. Depois da submissão, é preciso aguardar o contato do instituto. A candidatura é submetida no link: <https://conselhosdigitais.paperform.co>

Ibef-RS lança cartilha pela recuperação para o RS

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio Grande do Sul (Ibef-RS) lançou, para consulta aberta, a Cartilha pela Recuperação Econômica de Empresas do RS. O rico material foi elaborado pelos comitês de estudos do Ibef-RS, que se reuniram para compilar as informações mais importantes a fim de auxiliar a população e as empresas a reerguerem seus bens e retomarem as atividades econômicas diante da tragédia provocada pelas enchentes no estado gaúcho.

“O Ibef-RS tem o compromisso de, através da expertise no mercado financeiro de seus associados, contribuir com informações objetivas e claras sobre as medidas adotadas em prol da população atingida pe-

las chuvas intensas em nosso estado em maio de 2024”, explica Odivan Cargnin, presidente do Ibef-RS.

O material é dividido em quatro sessões: medidas tributárias em favor dos contribuintes gaúchos domiciliados nas áreas afetadas pela calamidade pública; medidas de crédito e financiamento; medidas trabalhistas; e gestão financeira e reestruturação para empresas atingidas por enchentes no Rio Grande do Sul.

“Gerenciar os impactos das enchentes requer uma abordagem integrada, com foco estratégico nas finanças da empresa”, observa Tulia Brugalli, vice-presidente do Ibef-RS e uma das responsáveis pelo conteúdo juntamente com Feli-



Cargnin destaca importância da ação

pe Brutti e Ismael Santos.

A cartilha está disponível na íntegra no site da instituição e será atualizado semanalmente em www.ibefrs.com.

Receita dá a receita

ADI 7633: suspensão dos efeitos da desoneração da Lei nº 14.784/2023

O ministro Cristiano Zanin, do STF, suspendeu, por decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, os efeitos de dispositivos legais da Lei nº 14.784/2023, que prorrogavam a desoneração da folha de pagamento de municípios e de diversos setores produtivos até 2027. Considerando que a

liminar concedida pode alterar as normas aplicáveis ao recolhimento das contribuições previdenciárias que vencem no dia 20/05/2024, a Receita Federal informa que as declarações (DCTFWeb/eSocial) prestadas no dia 15/05 poderão ser retificadas posteriormente, sem qualquer prejuízo aos contribuintes.

1º Lote de restituição do IRPF será só para o RS

Lote que será pago em 31 de maio trará mais de R\$ 1,1 bilhão, somente para contribuintes do Rio Grande do Sul. Medida alcança cerca de 900 mil declarantes gaúchos. A medida, que supera as estimativas anuncia-

das, foi possível a partir de mudanças no sistema que viabilizaram o fechamento do primeiro lote apenas no dia 15 de maio, ao invés do dia 10. Com isso, foi possível a ampliação no número de contribuintes beneficiados.

Prorrogação de prazo: CND e CPEND

A Receita Federal e a PGFN, publicaram a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 6/2024, que prorroga por 90 (noventa) dias, contados do dia seguinte ao do encerramento de seu prazo de validade, os prazos de validade de Certidões Negativas de Débitos (CND) e de Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos (CPEND) emitidas

em nome de contribuintes domiciliados nos 397 municípios do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que essas cidades se encontram em estado de calamidade pública, conforme Decreto nº 57.600, de 4 de maio de 2024, alterado pelos Decretos nº 57.603, de 5 de maio de 2024, e nº 57.605, de 7 de maio de 2024, expedidos pelo Governador do Estado.

TRAGÉDIA NO RS Presidente do Sincovat relata parcerias que estão dando sustentação para profissionais e escritórios de Contabilidade atingidos

Chapecó adotou escritórios da região do Vale do Taquari

CAREN MELLO, ESPECIAL PARA O JC
caren.mello@jcrs.com.br

O Sindicato dos Contadores e Técnicos de Contabilidade do Vale do Taquari (Sincovat) recebeu um importante auxílio após a região ser atingida novamente por enchentes. O Sindiconta, da cidade de Chapecó (SC), adotou escritórios que estão impossibilitados de trabalhar. "Foi uma atitude muito bacana, que está ajudando muito nossos escritórios", avaliou o presidente da entidade, Luciano Muller.

Com escritório e residência na cidade de Cruzeiro do Sul, Muller foi duplamente atingido, tendo que transferir moradia e trabalho para o município de Lajeado. Agora, depois de liderar uma campanha na região, trata de fazer um levantamento sobre os impactos entre a categoria na região.

JC Contabilidade - Qual a situação dos profissionais na região?

Luciano Muller - Sou morador de Cruzeiro do Sul. Lá, quase 50% da cidade foi devastada. Minha casa fica em uma parte mais alta, na encosta de um morro, mas tivemos que sair. Lajeado, Estrela e Arroio do Meio foram muito afetadas. Estamos aguardando o levantamento (dos escritórios) de Roca Sales. A grande maioria conseguiu tirar o material, mas agora a correria é para tentar se reorganizar de novo. Em outra região, em Muçum,

muitos escritórios foram fechados. E vários escritórios daqui têm funcionários de lá, e que dependem de uma nova ponte para passar. Estamos ajudando como podemos.

Contab - Como ficam as empresas atendidas por esses escritórios?

Muller - Temos que nos reerguer e, ao mesmo tempo, atender as empresas que foram atingidas e as que não foram afetadas. Por uma semana não tive acesso ao meu escritório, que fica no terceiro andar de um prédio. Quem ficou debaixo d'água, está tentando se recuperar, quem não ficou, continua trabalhando, não pode parar. Em Santa Catarina, várias cidades estão adotando as nossas. Chapecó adotou Arroio do Meio. E o Sindiconta (Sindicado dos Contabilistas de Chapecó e Região) entrou em contato para adotar os escritórios e dar um suporte, com material e equipamento. Cruzeiro do Sul foi adotada por Balneário Camboriú e Pomerode (cidades de SC) para ajudar nas reformas.

Contab - Como está sendo, na prática, essa parceria?

Muller - Eles entraram em contato, pedindo um levantamento dos escritórios de Arroio do Meio e o repasse das demandas. Fizemos esse meio de campo. Nós entramos em contato com os escritórios para que eles passassem as demandas que precisavam. Agora já estão em contato direto. Criaram uma comissão lá e outra



Muller relata que não houve tempo de adaptação desde setembro, quando outra enchente atingiu a região gaúcha

aqui para mantermos o contato. Uma bela atitude.

Contab - Como imagina que será o retorno?

Muller - Ainda não sabemos. Só o que se sabe é que vai longe. A nossa demanda inicial era de ajuda pessoal. Vamos, agora, para uma segunda fase que é de fazer um levantamento junto com os escritórios. Em algumas cidades, alguns escritórios já haviam se restabelecido em outros locais. Em setembro, conseguimos ajudar os escritórios com o um valor em dinheiro. A maioria conseguiu comprar um notebook. Mas

agora a necessidade é maior. Nos próximos dias, vamos fazer uma reunião para ver qual a estrutura que sobrou. Muitos associados não perderam só o escritório, perderam a casa. Eu sou um exemplo. Ainda não perdi minha casa, mas estamos esperando o laudo dos geólogos. Optamos pela segurança. No entanto, muitos estavam trabalhando em casa, porque a locação ficou difícil na região depois de setembro. Ficou faltando imóvel para locar.

Contab - Os escritórios da região ainda mantinham sistema manuais e

arquivos físicos?

Muller - Pelo que sabemos, a grande maioria, depois de setembro, já ia começar a usar o servidor em nuvem. Eles tinham o físico, mas com o que aconteceu, já estavam se adaptando para a nuvem. Isso se torna mais fácil na hora de evacuar o espaço. Claro que ainda se mantém uma parte de arquivos, mas são caixas que se colocam em um caminhão e levam embora. Na última reunião, vimos que, quem não estava na nuvem, já estava procurando se adaptar. Mas muitos não tiveram tempo.

Sindicato promove campanha para auxiliar comunidade e profissionais

Contadores muito além do escritório, abraçando a comunidade, é como a vice-presidente do Sindicato dos Contadores e Técnicos de Contabilidade do Vale do Taquari (Sincovat), Letícia Linke Mattes, define a campanha criada pela entidade ainda em setembro de 2023, e que ganhou mais força neste mês de maio. Com o auxílio de voluntários de diferentes áreas de atuação e de diversos municípios, inclusive de fora do Rio Grande do Sul, o sindicato dos contadores disponibilizou um Pix para arrecadação de valores destinados aos atingidos pela enchente e montou dois centros de distribuição: um na sede da entidade, onde as pessoas podem buscar

mantimentos e outras necessidades, e outro no Campo do Americano, no bairro Universitário, de onde saíram helicópteros e continuam circulando carros e caminhões com o intuito de suprir as demandas de 23 municípios afetados no Vale do Taquari.

Letícia conta que, por meio do Pix, já foram arrecadados cerca de R\$ 700 mil, além de doações recebidas de empresas e estados que também se sensibilizaram e se mobilizaram para auxiliar a iniciativa privada. Segundo ela, até o momento, foram distribuídos por via aérea mais de 30 toneladas de alimentos, além de água, leite e produtos de higiene e limpeza,

especialmente para os locais que se encontram com dificuldades de acesso via rodoviária. Já por meio terrestre ou através do centro no Sincovat, foram mais de 5 mil kits de emergência, 2 mil kits de higiene, 3,5 mil cestas básicas, mais de mil fardos de água e cerca de 72 mil litros de leite, além de rações, fraldas, absorventes e leites especiais. Também estão sendo repassados colchões, travesseiros, toalhas e outros itens que chegam através de doações diretas ou que são comprados com os recursos recebidos através do Pix. A dirigente reforça o pedido por doações, de qualquer valor, para a chave Pix do Sincovat: CNPJ 90803974000104.



Sede do sindicato foi transformada em centro de doações e de solidariedade

OPINIAO

Tributos sobre a renda, justiça social e uma sociedade mais equitativa

MAURÍCIO LOPES DA CUNHA

Entender como esses tributos são estruturados e aplicados não apenas revela o funcionamento do sistema fiscal, mas também lança luz sobre seu papel na busca por uma sociedade mais equitativa.

Justiça social: a natureza dos tributos sobre a renda

Os tributos sobre a renda são essenciais para financiar a justiça social por meio de serviços públicos, programas sociais e infraestrutura.

Diferentemente de outros impostos, essas iniciativas são diretamente proporcionais à capacidade contributiva de cada cidadão. Em teoria, quanto mais alguém ganha, maior é sua contribuição para o financiamento das despesas públicas.

Progressividade e justiça social

A progressividade é uma característica vital dos impostos sobre a renda quando se trata de promover a justiça social.

Nesse modelo, as alíquotas aumentam à medida que a renda do contribuinte aumenta.

Isso significa que aqueles que possuem maior capacidade financeira contribuem proporcionalmente mais para o sistema, aliviando a carga sobre os menos favorecidos.

A progressividade visa não apenas arrecadar fundos, mas também corrigir desigualdades históricas. Ao adotar alíquotas mais elevadas para os estratos de renda mais altos, busca-se redistribuir a riqueza e criar oportunidades mais equitativas para todos.

Desafios

No entanto, há dois grandes desafios a serem superados quando o assunto é justiça social. São eles:

Evasão fiscal: a eficácia dos tributos sobre a renda na promoção da justiça social é comprometida pela evasão fiscal. Assim sendo, é imperativo implementar medidas eficazes para combater a sonegação e

garantir que todos contribuam de acordo com sua capacidade.

Avaliação constante: a estrutura dos impostos sobre a renda deve ser periodicamente revisada e ajustada para refletir as mudanças na economia e nas condições sociais. É a constante avaliação que faz com que o sistema permaneça alinhado com os princípios de justiça social.

Contribuindo para uma sociedade mais justa

A contribuição para que a justiça social seja uma realidade pode ser realizada por duas ações, a destacar:

Investimento em educação e saúde: utilizar os recursos provenientes dos tributos sobre a renda para investir em setores cruciais como educação e saúde é uma estratégia eficaz. Isso não apenas cria uma sociedade mais saudável e educada, mas também reduz as disparidades sociais.

Incentivo ao empreendedorismo sustentável: estabelecer políticas fiscais que favoreçam

o empreendedorismo sustentável, bem como a criação de oportunidades de emprego, contribui para uma distribuição mais justa dos benefícios econômicos.

Rumo à equidade fiscal e social

Os tributos sobre a renda, quando aplicados com sabedoria e justiça, desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa. À medida que exploramos maneiras de aprimorar nosso sistema tributário, é vital considerar como essas mudanças podem ser direcionadas para promover a justiça social.

Ao fazê-lo, não apenas aliviaremos as desigualdades presentes, mas também pavimentaremos o caminho para um futuro em que todos tenham a oportunidade de prosperar.

COORDENADOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO TRIBUTÁRIA E DOCENTE DA FECAP



FECAP/DIVULGAÇÃO/JC

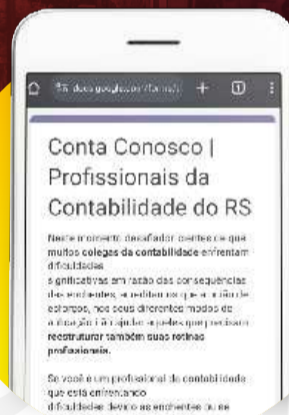
A estrutura dos impostos sobre a renda deve ser periodicamente revisada e ajustada para refletir as mudanças na economia e nas condições sociais

Juntos pela **Reconstrução** do RS!

Sabemos que, além dos danos materiais, muitos profissionais da contabilidade **tiveram suas rotinas profundamente impactadas**. Sensíveis a essa situação, as entidades contábeis, estão unidas para oferecer apoio e solidariedade.

Precisa ajuda? Quer atuar de forma voluntária? Registre aqui:

<https://bit.ly/mapeamentoContaConoscoRS>



Acesse também pelo QR Code



1ª RODADA DE APOIO para cadastrados até 23 de Maio.

CONTA **RS**
CONOSCO

Como ajudar?
Chave PIX (e-mail):

financeiro@sesconrs.com.br
(SESCON RS)



CONTA **CLASSE**
CONOSCO **CONTÁBIL**

Como ajudar?
Chave PIX (celular):

51991092688
(SESCON RS)

